

te lei, fica aberto na Secretaria da Fazenda, um crédito especial no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — o valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, elevado o limite legal dessas operações da percentagem para a execução desta lei.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de dezembro de 1960.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Dante Perri. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pinheiro Júnior.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, é com muita satisfação que encaro essa Presidência na tarde de hoje, porque o funcionalismo acabou de conquistar uma das mais legítimas vitórias, qual seja, o adicional por tempo de serviço.

Quando disse que encarava a Presidência com muita satisfação era porque essa Presidência contribuiu de maneira considerável para que a opinião pública fosse esclarecida. V. Exa. se lembra dos milhares de telegramas que li desta tribuna, de funcionários lotados em todos os rincões de nosso Estado.

Hoje, Sra. Presidente, com muita alegria para a classe dos servidores públicos e especialmente para a União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo e para a Assembléia Permanente dos Servidores Públicos, o Sr. Governador comunicou, oficialmente, que havia aceito a tese do adicional por tempo de serviço, em 5, 10, 15, 20 e 25%.

Sra. Presidente, não deixa de ser uma vitória autêntica também dos representantes do povo nesta Casa, que fizeram causa comum com esta sentida reivindicação, a ponto de vê-la hoje vitoriosa.

Sra. Presidente, desejava agradecer a todos aqueles deputados que por ocasião da nossa campanha pelo adicional por tempo de serviço apresentaram a sua solidariedade, quer através de apertes, quer através de pronunciamentos escritos, os quais foram todos encaminhados ao Chefe do Poder Executivo.

Esta Assembléia Legislativa está de parabéns; a União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo está de parabéns; a Assembléia Permanente dos Servidores Públicos, que congrega 22 entidades de classe, também está de parabéns.

Quero agradecer, de coração, o apoio que recebi dos meus pares durante a campanha e quero também agradecer aqueles 33 mil funcionários públicos de todas as categorias que encaminharam a esta Casa e às entidades acima relacionadas, moções de apoio, fortificando a nossa campanha.

Quero também, por último, deixar aqui consignado o nosso mais sincero e ardoroso agradecimento ao Sr. Carvalho Pinto, que em tão boa hora reconheceu que os funcionários, notadamente os mais velhos, aqueles com 5, 10, 15 e até 30 anos de serviço, mereciam um tratamento mais humano.

Muito grato ao Sr. Carvalho Pinto pela lembrança feliz que teve, neste final de ano, de conceder um verdadeiro presente aos servidores públicos, concedendo o adicional por tempo de serviço, a mais sentida e velha reivindicação da classe.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Antônio Moreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, a cidade de Descalvado dentro de um ano, mais ou menos, estará servida por excelente rodovia, tanto no tocante à sua ligação com São Carlos como com Pôrto Ferreira. Tal empreendimento melhorará consideravelmente as condições de transporte de toda essa zona. Assim, até abril de 1962, a nova rodovia ligando a Via Washington Luiz à Via Anhanguera, deverá estar concluída. Com excelentes características técnicas, essa rodovia estabelecerá melhor ligação entre São Carlos e Pôrto Ferreira, servindo também a cidade de Descalvado, que ficará a ela vinculada, através de um ramal de 3 quilômetros. Sem dúvida alguma, o empreendimento representa um grande melhoramento, que muito beneficiará a região. As vantagens que a região vai receber são inegáveis, especialmente pelo encurtamento da distância e pela pavimentação. Entretanto, há um aspecto técnico, na interligação das cidades que serão beneficiadas por essa rodovia, que precisa ser ponderado e atendido com toda a solicitude. É o da ligação direta, Descalvado-Pirassununga, que pedirá ser realizado se for construída uma variante, que, saindo de um ponto conveniente dessa nova rodovia, mais ou menos próximo do atual cruzamento da estrada municipal com ela, aproxima uma cidade da outra, encurtando assim mais de 20 quilômetros na distância que as separa. A variante aproximaria com mais facilidade as duas cidades e propiciaria, indiscutivelmente, condições mais favoráveis para o maior desenvolvimento da região. Acontece, no entanto, que a referida variante não consta do "Plano de Ação" e nem do "Plano Adicional", plano sob a perspectiva dos quais se constrói a rodovia acima citada. O Governador do Estado, Prof. Carvalho Pinto, cuja orientação, neste setor de estradas de rodagem, se reveste de iniciativas as mais benéficas para o desenvolvimento do Interior do Estado, por certo não deixará de atender esta reivindicação da variante ligando Descalvado a Pirassununga. Por assim julgarmos é que dirigimo a S. Exa. o nosso mais veemente apelo para que isso se concretize, oferecendo às duas cidades esse belo presente de Ano Novo.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Rubens Granja.

O SR. RUBENS GRANJA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, fato lamentável ocorreu no grupo escolar do Município de Pedreira, onde um menor de quatro anos de idade fôra violentado, sendo posteriormente esse caso acobertado pelo diretor daquele estabelecimento de ensino, Sr. Arnaldo Rossi, bem como pela professora do menor.

Foram solicitadas providências para o caso, como se fazia mister, sem que aquele diretor tomasse qualquer medida a respeito.

Por este motivo, faço um apelo ao Sr. Secretário da Educação para que determine a abertura de uma sindicância, para que apure a responsabilidade desse diretor, bem como da professora, que ocultam esse crime de que foi vítima um menor de 4 anos, que fôra estuprado. Por motivos políticos aquele diretor deixou de tomar as providências cabíveis nesse caso, motivo pelo qual, nos termos regimentais, solicito à Sra. Presidente que encaminhe requerimento ao Sr. Secretário da Educação, pedindo instauração de um inquérito administrativo e a suspensão imediata desse diretor, bem como da professora, para apurar devidamente os fatos por mim relatados.

Faz a presente queixa a mãe do menor, alegando que o diretor, juntamente com a professora, não tomaram conhecimento do assunto, bem como o Delegado Regional do Ensino, que também não tomou conhecimento algum do caso, acobertando os indivíduos que violentaram o menor, por motivos políticos.

É esse o apelo que faço ao Sr. Secretário da Educação; a instauração imediata de um inquérito e a suspensão do diretor e da professora.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Lavínio Lucchesi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, um dos acontecimentos políticos de maior relevância das últimas semanas e que mereceu profusos comentários da imprensa, dos mais variados círculos, assim como um grande interesse por parte da opinião pública mundial, foi, sem sombra de dúvida, a Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em Moscou em novembro do corrente ano.

Por isso mesmo acreditamos ser do interesse desta Casa e de nosso povo tecer a esse respeito rápidos comentários.

Especulações caluniosas veiculadas aos quatro ventos, com suspeita freqüência e prodigalidade, proclamaram durante a realização daquele magno conclave, a suposta existência de divergências que estariam minando a estrutura do campo socialista.

A histórica Declaração da Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, firmada por 81 participantes pôs de maneira cabal um termo definitivo àquele amontoado de tagarelhos irresponsáveis, trazendo a afirmação incontestável da coesão do campo socialista, de sua superioridade como sistema e da convicção de sua vitória final.

Pode-se discordar e mesmo combater a Conferência e seus documentos, mas ignorar a magnitude e a modalidade dos problemas ali tratados, tais como a situação internacional contemporânea, a luta pela paz, a democracia e o socialismo, seria fazer prova da mais bisonha cegueira política.

Para que se possa aquilatar da importância do documento, citei anteriormente 3 trechos diferentes:

"Todas as forças democráticas e amantes da paz não têm atualmente tarefa mais premente do que preservar a humanidade de uma catástrofe termo-nuclear mundial. O inaudito poder destruidor dos meios bélicos contemporâneos exige imperiosamente que as ações fundamentais de todas as forças antibélicas concentrem-se na luta para evitar a guerra. A luta contra a guerra não pode ser deixada para quando ela estale, já que, então, poderia ser tarde demais para muitas regiões do mundo e suas populações. A luta contra o perigo de uma nova guerra mundial precisa ser travada sem esperar que comecem a cair bombas atômicas e de hidrogênio. Esta luta deve ser travada des-

de já e a ela devem ser consagrados esforços cada vez maiores. O essencial refrear a tempo os agressores, evitar a guerra, impedir a sua eclosão".

"Ao defender os princípios da coexistência pacífica, os comunistas empenham-se pela completa cessação da guerra-fria; dissolução dos blocos militares; liquidação das bases militares; desarmamento universal e completo, sob controle internacional; solução das questões internacionais litigiosas, através de negociações; respeito à igualdade de direitos dos Estados; respeito à sua integridade territorial, independência e soberania; não interferência mútua em assuntos internos; amplo desenvolvimento dos laços comerciais, culturais e científicos entre os povos".

"Os comunistas consideram sua missão histórica não só abolir exploração e a pobreza em escala mundial e excluir para sempre da vida da humanidade a possibilidade de qualquer guerra, como também, já na época atual libertar a humanidade dos horrores de uma nova guerra mundial. Os partidos comunistas de todos os países consagram todas as suas forças e energias à realização desta grandiosa missão histórica".

Sra. Presidente e Srs. deputados, a importância e o interesse desta postulada transcende de muito os quadros do movimento socialista e tenho para mim que eles encontram entre os nobres colegas uma lúcida compreensão.

Urge que, sem considerações e esquinhãs indignas da nossa maturidade política e do grau de progresso e desenvolvimento por nós alcançado, nos todos os nossos esforços, a fim de que, sem mais delongas, estabeleçam com todos os países socialistas relações diplomáticas, laços de amizade, de operação e de intercâmbio científico, cultural e econômico. Tais trocas mutuamente benéficas revestir-se-ão de grande significado e auxiliarão em grande escala a causa da paz mundial e da felicidade dos povos.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Parahylini Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — Sra. Presidente, Srs. deputados, as Entidades Coligadas, com seus representantes, estiveram hoje no Palácio do Governo para obter o resultado objetivo da reunião que lá se promoveu entre o Sr. Governador, o Secretário da Fazenda, o Dr. Múcio de Lima Faria, Diretor do D.E.A., o deputado Abreu Sodré, líderes de partidos desta Casa estudavam a solução do reajustamento dos servidores do Estado. Infelizmente a solução alcançada é mais de efeito psicológico do que propriamente no ser que a classe objetivava e continua objetivando. Assim, a solução a nós comunicada pelo Dr. Portugal Gouvêa consiste em manter a tabela de 30 a 21,6%, janeiro a julho de 1961, sob a forma de abono, e elevar para 30% de forma geral, mas ainda sob a forma de abono, o reajustamento, de julho a dezembro ano de 1961. Reconheceu, apenas em tese, o Sr. Governador a necessidade concessão de adicional por tempo de serviço — vantagem que desde 1947 batemos por ela, — pois S. Exa. deliberou conceder essa vantagem da seguinte forma: 2,5% por quinquênio, sobre os vencimentos, a partir de abril de 1961, dezembro do mesmo ano, e 5% por quinquênio de serviço, a partir de janeiro 1962. Como vemos, se do ponto de vista de princípio houve alguma vitória, ponto de vista objetivo, prático, da percepção de melhorias ficamos apenas efeitos psicológicos. E nem mesmo o abono foi integrado nos vencimentos. Anã, as entidades coligadas se reunirão às 9 horas, no prédio da Rua Formosa 367, para deliberar sobre as medidas que deverão tomar com relação a esta proposição do Sr. Governador.

Era o que tinha a informar à Casa.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Albuquerque.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — (Sem revisão do orador) — Presidente, Srs. deputados, São Paulo vem assistindo a mais uma campanha nababesca, onde a orgia do dinheiro público se faz de forma ostensiva. Um candidato a candidato à Prefeitura Municipal de São Paulo, o Sr. Plínio Arruda Saunpaio, vem de desferir uma campanha em nossa cidade, em todos seus quadrantes, de forma a causar mesmo estranheza, pela sua pompa, pela riqueza, pelos seus gastos desmedidos. Como se não bastassem os programas televisivos, em cadeia de todos os canais, como se não bastasse a afixação de cartazes nos postes, nas paredes, de forma a mais abundante possível, S. promoveu, agora, a organização de serviços publicitários que dentro de 15 dias cobrirão por certo toda a metrópole paulistana. Esse fato vem ferir totalmente o Código Eleitoral. Preceitua o parágrafo 1.º do artigo 151 que a propaganda de que trata a alínea 3.a poderá ser feita diariamente, por qualquer candidato registrado. Apenas os candidatos registrados é que podem afixar e promover propaganda, por meio da televisão e de alto-falantes. Porém se que o candidato situacionista, o candidato do governador Carvalho Pinto iniciou mal a sua campanha, em flagrante desrespeito ao texto da lei.

Deixamos desta tribuna os nossos protestos pelo fato de esta panha apresentar essa antecipaçao estranha e fazer-se com tal riqueza que frustra com as dificuldades por que passa o povo paulista e o povo paulistano.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Franco.

O SR. CID FRANCO — (Sem revisão do orador) — Srs. deputados, recebi uma carta de que aproveitei os seguintes trechos:

"Como é público e notório, pois a imprensa, mesmo a mais servadora", não ocultou o escândalo, em maio de 1959 ficou constatado, em querito aberto na própria escola, que exames realizados na Faculdade do Direito do Largo de S. Francisco foram evitados de fraude. A princípio, a maroteira a dois funcionários da Secretaria.

Professores e diretores reticentes a princípio, dada a repercussão teve o caso da adulteração de notas, não tiveram outro remédio senão fazer paradamente, à mesma imprensa, declarações, afirmando que, rigoroso tudo estava em vias de conclusão e que os culpados, doesse a quem doesse, seri severamente punidos...

As vítimas da fraude são muitas e aguardam, até hoje, um pronunciamento em torno da sindicância que os profs. Miguel Reale, Luiz Eulálio Vidi e Silvio Marcondes fizeram a respeito: Nada! Perpétuo silêncio! Falaram em cassação de diplomas expedidos pela Faculdade, pois, como ficou ap há advogados portadores de diploma, que jamais passaram pelas bancas minadoras! Pela "Última Hora", de 16 de maio daquele ano, falando sobre escândalo que abalou toda São Paulo, especialmente os meios estudantis, àquele jornal o ilustre prof. Ataliba Nogueira:

"Recebi a incumbência de presidir a comissão de inquérito. Reitor me houvesse consultado não a aceitaria. É uma tarefa de grande responsabilidade, de trabalho árduo. Uma vez que fui nomeado, não devo rec Com os dois ótimos companheiros também nomeados só terei a preocupação apurar a verdade. Por ora nada sei do que se passou. Não li a sindicância dela tive conhecimento por outra via. O que posso afirmar — asseverou que toda e qualquer fraude em exames há de acarretar a responsabilidade do funcionário que acaso haja fraudado a lei, quanto daquele que se haja neficiado do delito."

Ainda bem, Srs. deputados, que esta Assembléia está funcionando ainda bem que podemos atender a estes apelos do povo!

Era o que tinha a dizer.

O SR. ONOFRE GOSUEN (Para reclamação) — Sra. Presidente, havendo numero regimental no plenário requeira uma verificação de pri

A SRA. PRESIDENTE — A Mesa vai proceder à verificação de presença, convidando, para auxiliá-la o nobre deputado André Nunes Júnior. — É feita a chamada.

A SRA. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença Srs. deputados. Não há número regimental para o prosseguimento da p te sessão.

Srs. deputados há sobre a mesa requerimento, que tem como meiro signatario o nobre deputado José Felício Castellano e número regimental de assinaturas, convocando uma sessão extraordinária para as 15:45 com o fim expresso de serem discutidos e votados os Projetos de lei ns. 633 635, 637, 638, 731, 976, 977, 979, 1.050, 1.147-60 e 192-60.

Está convocada sessão extraordinária para as 15:45 horas, Ordem do Dia anunciada e encerrada a presente sessão.

— Nada mais havendo a tratar levanta-se a sessão, convocada tra para o dia 30, com a Ordem do Dia a ser publicada no "Diário da Asbléia" editado com o "Diário do Executivo", e outra para o dia 29 às horas, com a seguinte

ORDEN DO DIA

PARA A 31.ª SESSAO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINAI AOS 29 DE DEZEMBRO DE 1960

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE PRIORIDADE

1 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 192 de 1960, sentado pelo deputado Bravo Caldeira, reajustando, a partir de 1-1-60, as pens pagas pelo Estado sob o título de "Pensões Diversas". Pareceres ns. 1.224, 2.011, de 1960, respectivamente de relator especial e das Comissões de Assu eia Social e de Finanças, favoráveis.